

POLÍTICA

Quatro anos? Nem o relator acredita.

Egydio Ferreira Lima diz que é hora de concentrar esforços no parlamentarismo.

Depois de aberta a pré-temporada de debates de seu parecer — a recepção de emendas encerra-se à meia-noite de hoje —, o relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo da Constituinte, deputado Egydio Ferreira Lima (PMDB-PE), parecia antever dificuldades para a preservação de pelo menos parte de suas propostas: isto é, a relacionada aos quatro anos de mandato para o atual presidente da República, enquanto seus sucessores ficariam com um período de cinco anos.

Sempre ressaltando a soberania do plenário da Assembléia para a aprovação ou rejeição do parecer, Ferreira Lima considerava, ontem, em Brasília, que o prioritário, agora, é concentrar esforços no estabelecimento de "um regime político que assegure a estabilidade das instituições". Ou, em outras palavras, na defesa de sua proposta de parlamentarismo (puro) a partir de 1990, com um primeiro-ministro indicado pelo Congresso Nacional. O Congresso, por sinal, sai consideravelmente fortalecido no parecer de Ferreira Lima (restabelecem-se, segundo suas propostas, todas as prerrogativas do Legislativo, inclusive as imunidades parlamentares, subtraídas nos anos 60, em sua totalidade. Ao mesmo tempo, desaparecem os decretos-leis).

Na questão do mandato, Ferreira Lima presume que o grupo Centro Democrático não é majoritário, na Constituinte. Mas, segundo cálculos do senador José Fogaça (PMDB-RS), a tendência no sentido da aprovação dos cinco anos para o presidente José Sarney já é maioria, também na comissão temática. Por exemplo, enquanto o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) contabiliza 35 votos favoráveis aos cinco anos entre os 63 membros da Comissão de Organização dos Estados, o Palácio do Planalto já eleva para 39 esse número, presumindo, ainda, que ele pode aumentar.

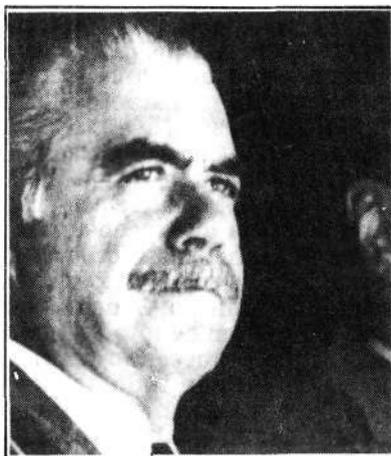
Assim, já prevaleceria, na Constituinte, a convicção de que a negociação do âmbito da Comissão deve ocorrer em torno do regime de governo. Mais: o grupo fiel ao Palácio no Planalto, de peemedebistas e pefelistas, estaria apto a aceitar o parlamentarismo, desde que o mandato presidencial seja de cinco anos, tanto para Sarney como para seus sucessores.

Contra o parlamentarismo

No entanto, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), comentava, ontem, que a proposta de um parlamentarismo "puro", contida no parecer do relator Ferreira Lima, será "fator de crise". Na reunião de domingo na casa do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, em Brasília, Sant'Anna já desafiara uma sucessão de ressalvas ao parlamentarismo pretendido pelo relator. Entre seus argumentos — nem todos considerados especialmente



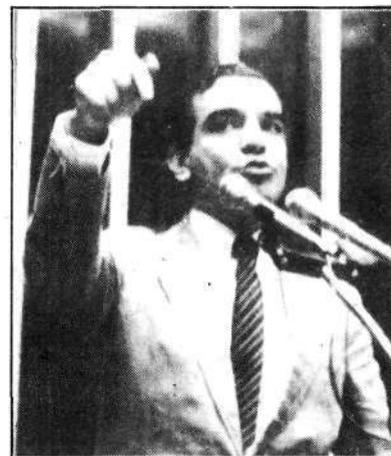
Ferreira Lima: parlamentarismo já.



Sarney: mandato em discussão.



Sant'Anna: "Fator de crise".



Duque: "Mercado persa".

Governo e credibilidade

Hélio Jaguaribe

O pronunciamento de 2 de junho do presidente Sarney, formalmente dirigido aos ministros de Estado e líderes parlamentares convocados para a reunião, foi de fato endereçado à opinião pública. Depois de um excessivamente longo período em que procurou subestimar a crise, no intento de assim abrandá-la, o chefe do governo tomou, finalmente, a decisão que já estava sendo perigosamente procrastinada, assumindo a gravidade da presente conjuntura e se propondo a enfrentá-la com vigor.

Foi duplamente correta a decisão do presidente. Correta, como precedentemente se mencionou, por assumir a extrema seriedade da crise conjuntural em que se acha mergulhado o País e se dispor a adotar, prontamente, as medidas necessárias para reverter as presentes tendências e expectativas. E correta por afirmar que as soluções a serem adotadas se pautarão, a partir da premissa da alta viabilidade do Brasil, por critérios que privilegiarão, na medida do possível, a preservação do crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Dentro da orientação fixada pelo presidente, o ministro da Fazenda, prometendo para breve a apresentação de seu plano econômico, antecipou suas principais diretrizes. Dentro do parâmetro de preservação do crescimento econômico e da orientação social do governo, o professor Bresser Pereira declarou que se buscará, concomitantemente, conter a inflação e a recessão. Para esse efeito, se assume que o profundo desequilíbrio intersetorial produzido pelo indevido prolongamento do congelamento de preços, a partir de maio do ano transato, já está quase superado.

À correção desse desequilíbrio — fortemente agravado pelas expectativas de novo congelamento — se deve o principal fator da exacerbação de preços que se verificou nos últimos meses. Com a básica normalização dos preços relativos julga o ministro que poderá, mediante novo equilíbrio entre a oferta e a demanda de bens e serviços, conter a inflação em seu atual patamar de 20% ao mês e, gradualmente, reduzi-la a 10% até o fim do ano. Concomitantemente, anuncia medidas anti-recessivas, mediante a retomada do investimento público, a partir da correção do déficit tarifário das empresas estatais, a despeito do inicial impacto inflacionário desse reajustamento. Adicionalmente, conclama o setor privado a voltar a investir reprodutivamente.

No tocante ao déficit público, principal fator primário da inflação, o ministro Bresser Pereira promete contê-lo, impondo ao governo uma política de austeridade, adotando medidas de incremento da receita e observando o preceito de não gastar mais do que tem — com o correspondente adiamento de projetos faraônicos, como o da Ferrovia Norte-Sul. Isto, não obstante, declarou que não faria da contenção do déficit público um objetivo absoluto, mas o condicionaria à necessidade de evitar a recessão.

Os pronunciamentos do presidente Sarney e do ministro Bresser Pereira foram bem recebidos, tanto pelos experts como pela opinião pública em geral. Mas notadamente no caso desta — que é o que mais importa, para a reversão das expectativas —, predomina um absoluto ceticismo sobre a efetivação das soluções propostas e a capacidade, por parte

do governo, de implementá-las com êxito. O governo se ressentido de completa falta de credibilidade, o que constitui, provavelmente, a mais grave dimensão da presente crise.

Todos os governos tendem a apresentar um apreciável intervalo entre suas promessas e suas realizações ou, vista a questão sob outro ângulo, entre seus empenhos públicos — emitidos com maior ou menor sinceridade — e seus desempenhos efetivos, medidos por resultados objetivos. No caso do governo Sarney — sem prejuízo de seu acervo de realizações na área político-jurídica e mesmo na econômico-social, até meados de 1986 — não se pode deixar de reconhecer que é imensa a brecha que presentemente separa seus empenhos públicos de seus desempenhos efetivos.

O grave, em matéria de déficit de credibilidade dos governos, é o fato de que uma decisiva condição para o êxito das medidas que adotem, ademais de seu acerto técnico e de seu apropriado encaminhamento político, é a prévia existência de uma razoável convicção, por parte da opinião pública, de que tais medidas serão efetiva e competentemente aplicadas. Quando todos crêem que o discurso governamental é vazio — por impotência ou impostura, pouco importa — e que as medidas anunciadas ou não são realmente adotadas ou não serão eficazmente executadas, é praticamente impossível que tais medidas venham a ter êxito, ainda que corretamente concebidas e seriamente aplicadas. Governar é suscitar expectativas favoráveis, a partir da prévia disponibilidade da confiança pública.

Não importa, agora, proceder-se a uma análise crítica para determinar a que se deve o imenso déficit de credibilidade em que presentemente submergiu o governo Sarney. Como corretamente o disse o presidente, estamos nos defrontando com uma conjuntura de extraordinária gravidade e somos, por outro lado, um país extremamente viável, que pode e deve superar suas contingências do momento. A questão que se impõe, por isso, é a de enfrentar com êxito a presente conjuntura, a despeito do atual déficit de credibilidade do governo.

Assumindo, como se impõe a todos, nas presentes condições que as medidas que acabam de ser anunciadas pelo presidente e delineadas pelo ministro Bresser sejam tecnicamente razoáveis e exprimam um sério propósito do governo, o problema de credibilidade constitui algo que o próprio governo deve, realisticamente, assumir como um obstáculo a ser por ele previamente contornado. E o único modo possível de fazê-lo — enquanto o governo não possa se retro-alimentar do próprio êxito de suas medidas — consiste em repartir com setores relevantes da sociedade a responsabilidade pela adoção e implementação de tais medidas. O que não pode ser feito por decisão de autoridade — entendida esta no bom sentido da palavra — tem que se fazer por via do consenso, mobilizando a ativa co-participação de apropriadas lideranças nos mais relevantes setores do País.

Hélio Jaguaribe é sociólogo e dirige o Instituto de Estudos Políticos e Sociais

convincentes — estaria o de que o chefe do Estado a emergir das próximas eleições presidenciais, eventualmente em 1989, devendo ser eleito por maioria absoluta, conquistaria mais de 30 milhões de votos. Assim, presume Sant'Anna, o presidente eleito dificilmente aceitaria delegar a maior parte do poder ao primeiro-ministro, a ser, segundo o parecer de Ferreira Lima, indicado pelo Congresso Nacional. Sem mencionar a experiência parlamentarista de outros países, especialmente da Europa Ocidental — onde presidentes escolhidos pelo povo subordinam parte considerável de seu poder a primeiros-ministros —, Sant'Anna continuou em sua linha de raciocínio: "Não tem sentido o presidente eleito pelo voto direto ter seus poderes reduzidos, com o crescimento do primeiro-ministro", afirmou.

Sant'Anna opina que a fase de negociações a que o anteprojeto que resultará da Comissão de Organização dos Poderes deve sujeitar-se precisa centrar-se no sistema presidencialista. A seu ver, os poderes de um eventual primeiro-ministro não devem ultrapassar os de um "superchefe do Gabinete Civil".

Leilão de cargos

Enquanto se aguarda, para esta semana, a nomeação do novo presidente da Caixa Econômica Federal (no lugar deixado vago por Marcos Freire, que na semana passada assumiu a chefia do Mirad), sabe-se, em Brasília, que o presidente Sarney, na tentativa de arrebatar apoio para suas propostas e pretensões — entre as quais, no plano político, destacam-se o mandato de cinco anos e a manutenção do presidencialismo —, conta ainda com um considerável poder de barganha. Em números, isso representa nada menos de 4.800 cargos de segundo e terceiro escalões — a começar pela designação do próprio presidente da Caixa, passando pela escolha do presidente do Incra, que Sarney pretende ver indicado pelo governador pernambucano, Miguel Arraes, do IBDF e da RFFSA. Enfim, parece haver cargos para todo tipo de partidário, seja de que Estado for.

"Mercado persa"

Mas a velha prática política da barganha também tem opositores. Ontem, ao comentar, da tribuna da Câmara, os resultados de uma pesquisa de opinião publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo (indicando que 93,6% da população brasileira de seis capitais perderam por inteiro a confiança nos estamentos políticos nacionais), o deputado Hélio Duque foi incisivo: para ele, a perda de confiança deve-se ao "mercado persa em que se transformou o Palácio do Planalto e ao balcão de negócios em que querem transformar Câmara e, amanhã, a Constituinte".